

NOTA CONCEITUAL

REDE FEMINISTA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA AMÉRICA LATINA

1. Descrição Geral do Projeto

1.1. Nome do Projeto

TybyrlA: IA feminista decolonial para enfrentamento comunitário de ódio anti-LGBTQIA+

1.2. Autoras

Veronyka Gimenes e Amanda Claro
Associação Código Não Binário (CNPJ 56.987.125/0001-01)

1.3. Resumo

TybyrlA é um projeto de IA aberta, transfeminista e decolonial para monitorar e classificar discurso de ódio anti-LGBTQIA+ em português brasileiro. Após uma onda massiva de ataques ao podcast Entre Amigues em 2024, desenvolvemos o modelo TybyrlA v2.1 — o primeiro modelo especializado em discurso de ódio anti-LGBTQIA+ em português brasileiro, com recall validado de 92.86% — e seu ecossistema de produtos (Radar Social, Radar Legislativo, Treinamento, Quiz e Análise), todos disponíveis no Hugging Face. Em arquitetura Tupi-BERT, foi treinado integralmente com 12.102 comentários coletados de postagens em nossos perfis em três plataformas, formando o primeiro dataset de ódio especificamente contra pessoas LGBTQIA+. São marcas de violência que atravessam nossos corpos transformados em ferramenta de defesa e combate.

Nossa hipótese central é que a colonialidade de gênero (Lugones, 2010, 2011) estrutura tanto plataformas digitais quanto repertórios de violência, e que uma tecnologia trans (Haimson, 2025) — tecnologias que encarnam cuidado, mutabilidade e enfrentamento de sistemas opressivos — produzida por e para pessoas dissidentes pode reduzir danos e deslocar poder, colocando nossas perspectivas no centro do design técnico e ético.

Na Fase Protótipo propomos (i) a expansão do dataset com anotação comunitária; (ii) a criação de um Guia de Anotação fundamentado em epistemologias feministas decoloniais latino-americanas (Lugones, 2010, 2011; Curiel, 2020; Espinosa-Miñoso, 2020) e estudos queer do poder discursivo (Foucault, 1970; Butler, 1997; Preciado, 2023); (iii) o retreino do TybyrlA; (iv) o lançamento do TybyrlA v3 aprimorado com testes de usabilidade comunitária. Na Fase Piloto, propomos desenvolver produtos digitais que emergirem da participação comunitária e interação com o modelo, com relatório de monitoramento da participação, avaliação de impacto e avaliação ética feminista.

Nosso compromisso com soberania de dados, transparência radical e sustentabilidade será endereçado através das práticas de abertura como já fizemos com a publicação do modelo v2.1 e do dataset v1, permitindo replicação por qualquer organização LGBTQIA+ do mundo.

1.4. Palavras-chave

IA feminista; decolonialidade; discurso de ódio; LGBTQIA+; governança comunitária.

2. Declaração de pesquisa

2.1. Formulação do Problema

No Brasil — país que mais mata travestis e pessoas trans no mundo (Benevides, 2025), a violência digital é sistemática e impune nas plataformas da Big Tech. A onda de mais de 12 mil comentários nos perfis do podcast Entre Amigues após a viralização do termo "boyceta" ilustra um padrão estrutural de facilitação e lucro das plataformas com a violência, enquanto oferecem moderação insuficiente e opaca.

A colonialidade de gênero (Lugones, 2010, 2011) opera também nos algoritmos de moderação, projetados com epistemologias universalizantes, brancas, cisgêneras e anglófonas que não reconhecem violências específicas contra pessoas LGBTQIA+. O resultado é o colonialismo digital (Kwet, 2019; Ricaurte, 2019; Amadeu, 2021; Lippold & Faustino, 2021) que extrai, exclui e vulnerabiliza.

Os impactos se manifestam no nível social, causando adoecimento mental, autocensura, e operando como controle social de corpos dissidentes que reverbera na participação social coletiva, promovendo discriminação e violência amplas. O impacto também é político, na medida em que a violência digital contra pessoas LGBTQIA+ é instrumentalizada para avançar projetos autoritários de poder e figuras de extrema-direita.

Propomos como resposta uma tecnologia trans (Haimson, 2025) na forma de um modelo de IA desenvolvido por e para a comunidade LGBTQIA+, fundamentado em epistemologias feministas decoloniais e transfeministas, apto a identificar o discurso de ódio online, produzir dados qualificados sobre o fenômeno e oferecer evidências úteis para os ativismos no campo.

Homenageamos Tybyra, primeira vítima oficial e documentada de LGBTfobia institucional no território brasileiro (Mott, 2024). Indígena Tupinambá assassinada em um canhão pelos invasores coloniais franceses em São Luís, em 1613-1614, exclusivamente por ser uma pessoa dissidente de gênero e sexualidade, Tybyra é memória viva das violências promovidas há séculos pela colonialidade de gênero em nosso território, e contra a qual nos levantamos.

2.2 Perguntas de Pesquisa

2.2.1. *Epistemológicas e metodológicas:*

- a) Como construir modelo de IA que reconheça diversidade da LGBTfobia em manifestações interseccionais?
- b) Como classificar discurso de ódio em perspectiva queer e decolonial, entendendo-o como aparato de controle social, sem banalizá-lo?
- c) Como conciliar métodos quantitativos com epistemologias feministas decoloniais que problematizam neutralidade e extrativismo?

2.2.2. *Técnicas:*

- d) Como incorporar contexto evitando falsos positivos em uso identitário de termos pela comunidade?
- e) SLMs podem ser mais adequados e sustentáveis que LLMs proprietários para tarefas comunitárias?

2.2.3. *Comunitárias e políticas:*

- f) Como transformar anotação em trabalho digno, não extrativista?

- g) Como criar alternativas à monocultura da Big Tech?
- h) Que produtos baseados no modelo servem ao cotidiano e ativismo LGBTQIA+?

2.3. Objetivos

2.3.1. Objetivo geral

Criar tecnologia trans que funcione como referência aberta e acessível de IA feminista decolonial para detecção de discurso de ódio anti-LGBTQIA+ em português brasileiro, e que gere produtos derivados de grande utilidade para a comunidade LGBTQIA+.

2.3.2. Objetivos específicos:

2.3.2.1. Técnicos:

- a) Expandir dataset para pelo menos 20.000 comentários com coleta multiplataforma e novas fontes (número pode ser muito além dependendo do acesso a dados de redes sociais das organizações parceiras);
- b) Aprofundar Guia de Anotação (expandindo critérios validados em TybyrlA v2.1 com 92.86% recall) fundamentado em teorias feministas decoloniais e estudos queer do controle social pelo discurso;
- c) Realizar anotação comunitária remunerada (3 anotadoras) com política de cuidado integral;
- d) Retreinar e publicar TybyrlA v3 a partir da v2.1, buscando superar 95% de recall;
- e) Atualizar produtos atuais do ecossistema TybyrlA v2.1 — Radar Social (análise de discurso de ódio online), Radar Legislativo (monitoramento de projetos de lei que afetam a população LGBTQIA+ no Congresso Nacional, ALESP e Câmara Municipal de São Paulo), Treinamento, Quiz de anotação colaborativa, e Análise — e criar novos produtos formando o ecossistema TybyrlA v3.

2.3.2.2. Comunitários:

- f) Fortalecer capacidades em organizações parceiras;
- g) Gerar evidências para advocacy e litígio;
- h) Demonstrar viabilidade de IA comunitária;
- i) Oferecer ferramentas imediatas de proteção.

2.3.2.3. Epistêmicos:

- j) Contribuir para IA feminista decolonial com metodologias replicáveis.

3. Métodos de Pesquisa

3.1. Desenho Metodológico

A proposta metodológica integra os fundamentos teóricos da ética hacker (Himanen, 2001; Coleman, 2013), das epistemologias feministas decoloniais (Lugones, 2010, 2011; Curiel, 2020; Espinosa-Miñoso, 2020) e do cuidado trans (Haimson, 2025). Estes fundamentos sugerem a necessidade de uma pesquisa-ação participativa feminista (Maguire, 2001; Marshall, 1999; Reid, 2004), coerente com a proposta teórico-epistemológica, na medida em que conhecimento é produzido com e para as ativistas, numa lógica de co-investigação que visa tanto compreensão crítica quanto transformação prática.

O projeto parte de uma base pré-construída: o modelo TybyrlA v2.1, construído por nós há dois meses, com recall 92.86% (detecta 93% dos casos de ódio, usando arquitetura Tupi-BERT), e seu ecossistema v2.1 de 5 Spaces ativos no Hugging Face: Radar Social (análise de discurso de ódio em redes sociais), Radar Legislativo (monitoramento de projetos de lei que afetam a população LGBTQIA+ no Congresso Nacional, ALESP e Câmara Municipal de São Paulo), Treinamento, Quiz de anotação colaborativa e Análise (relatórios temporais sobre a onda de ódio).

TybyrlA v2.1 foi construído sobre dataset de comentários extraídos das redes sociais do podcast Entre Amigues entre maio de 2024 e agosto de 2025, período em que é possível identificar a onda de ódio vivida pelo podcast. O modelo contém, ainda *pipeline* completo validado, constituído de scraping de 3 plataformas, com processamento, anonimização, treinamento e deploy automatizado, e histórico de 3 iterações (v1, v2, v2.1) desenvolvidas em aproximadamente um mês com melhoria validada.

A metodologia expande e aprofunda esse trabalho já validado, para desenvolver o modelo TybyrlA v3 e seu ecossistema v3, mantendo a ética hacker e práticas ágeis, que privilegiam fazer, testar, entregar, associada à participação comunitária.

Como fundamento teórico do projeto, que permeia a proposta metodológica, integramos conhecimento situado (Haraway, 1988), objetividade forte e *standpoint* (Harding, 1992). De acordo com esta abordagem, quem sofre tem autoridade para nomear e enfrentar, e serão estas as pessoas envolvidas no desenvolvimento da tecnologia. Incorporando fundamentos do feminismo decolonial latino-americano, serão consideradas categorias coproduzidas em oficinas comunitárias com as parcerias compromissadas, não impostas hierarquicamente. A metodologia expressa crítica ao extrativismo epistêmico (Smith, 2012), promovendo o retorno de dados e benefícios à comunidade afetada pelo problema.

Por fim, todo o processo será permeado pela ideia de cuidado trans, para transformar sistemas que produzem necessidades, ao mesmo tempo em que estabelece limites e políticas de cuidado consensualmente com anotadoras.

3.1.2. Fases do projeto (meses 1-6):

- a) Formalizar parcerias com organizações comunitárias (mês 1);
- b) Ajustar infraestrutura técnica (mês 1).
- c) Criar Guia de Anotação Comunitário (meses 1 e 2), através de oficinas online com organizações LGBTQIA+ diversas, discutir categorias de anotação.
- d) Expansão do dataset (meses 1 e 2) através de scraping multiplataforma, incorporando bases de organizações parceiras.
- e) Testes de anotação piloto (meses 2 e 3).
- f) Anotação comunitária (meses 2, 3 e 4), com recrutamento intra-comunitário de 3 anotadoras remuneradas e treinamento.
- g) Treinamento e avaliação do modelo TybyrlA v3 (meses 3, 4 e 5), a partir de arquitetura Tupi-BERT (~110M parâmetros) ou similar, com fine-tuning utilizando hiperparâmetros validados na v2.1. Será produzida documentação completa e datasheet durante todo o período (Gebru et al., 2018); publicação Hugging Face.
- h) Testes e coleta de feedback (meses 5 e 6), a partir do uso do ecossistema TybyrlA v3. Testes de acessibilidade digital serão realizados, garantindo que

ferramentas de leitura de tela e outras tecnologias assistivas leiam corretamente as aplicações desenvolvidas. Finalizaremos com validação externa com organizações parceiras para verificação de qualidade, representatividade e adequação das anotações e do modelo.

3.2. Plano de Gestão de Dados

Será realizada coleta a partir de scraping de dados públicos com ferramentas autorais. O método se fundamenta juridicamente pela LGPD, especificamente nos termos do interesse legítimo (art. 7º, IX), da pesquisa com anonimização (art. 7º, IV; art. 11, II, c), do exercício de direitos (art. 7º, VI; art. 11, II, d).

O tratamento de dados promoverá minimização, anonimização com remoção de identificadores de pessoas não públicas e pseudonimização (hashes SHA-256). Os dados brutos serão armazenados em servidor seguro com acesso restrito, os dados anotados anonimizados, o modelo será publicado no Hugging Face e o código GitHub, com licenças abertas. Os dados serão gerenciados pelas pessoas diretamente envolvidas no projeto, que assinarão termos de responsabilidade.

3.3. Transdisciplinaridade

A abordagem é transdisciplinar (Maldonado-Torres, 2016) integrando estudos de gênero e queer; feminismo decolonial; epistemologia feminista; filosofia crítica; estudos críticos de tecnologia (Costanza-Chock, 2020; Noble, 2018; Haimson, 2025); Direito, Ciência Computação e experiência vivida de ativismo digital em direitos humanos.

A equipe é composta integralmente por pessoas LGBTQIA+ com trajetórias em hackativismo, direito, dados, estudos de gênero e ativismo, além de experiência vivida e corporificada das violências combatidas pela tecnologia trans produzida através deste projeto.

4. Participação Comunitária

Não pesquisamos "sobre" ou "para" — fazemos "com" e "desde" a comunidade LGBTQIA+. Neste sentido, estabelecemos como parceiras principais:

- a) IBRAT (Instituto Brasileiro de Transmasculinidades), parceiro desde 2024, fornecerá dados de violência contra pessoas transmasculinas, participará das oficinas de criação do Guia de Anotação, e realizará validação externa de anotações e modelo;
- b) Fonatrans (Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros), parceira desde 2025, colaborará com o Guia de Anotação e com a validação externa;
- c) Grupo de Trabalho de Registro Civil NB, grupo de articulação criado em 2024 pela Código Não Binário composto de ativistas não-bináries de todo o país, disposto a colaborar com o Guia de Anotação e com a anotação em si;
- d) Centro de Pesquisa Transfeminista, parceiro da Código desde 2024, oferece suporte acadêmico, colaboração com o Guia de Anotação e validação externa.
- e) Coletivo Famílias Pela Diversidade, parceiro da Código e do Podcast Entre Amigues desde 2024, gerencia um perfil de mais de 170.000 seguidores no Instagram, oferece dados úteis para a pesquisa e promoverá o modelo e suas ferramentas.

Recebemos, ainda, cartas de apoio do professor Rafael Grohmann, Professor da Universidade de Toronto, pesquisador reconhecido em trabalho digital e plataformas, fundador do Digilabour, e de Carolina Lara, co-deputada da Bancada Feminista na ALESP e importante ativista trans e intersexo, ambos parceiros desde 2024. Esses apoios e parcerias demonstram reconhecimento da proposta por diferentes setores — movimento social, academia, e política institucional — reforçando que TybyrlA responde a necessidades reais e urgentes da comunidade LGBTQIA+.

O projeto também recebeu menção honrosa no Du Bois Prize da Conferência de IA Cooperativa em Istambul em novembro 2025, e foi apresentado no Mozilla Festival Barcelona (novembro 2025), demonstrando reconhecimento internacional e interesse em tecnologias feministas e decoloniais.

As parcerias e apoios firmados constituirão uma rede para a qual manteremos transparência radical, disponibilizando acesso a documentos e reportes sobre o projeto, participação em design através de oficinas e consultas, benefício direto com o uso da tecnologia através de modelo e dataset abertos, ferramentas gratuitas, e capacitação. Os grupos e ativistas gozarão de reconhecimento no resultado do trabalho, na forma de créditos ou coautoria. Propomos uma governança orgânica, que privilegiará consentimento contínuo retirável, e manterá explícitas e negociáveis eventuais tensões e divergências. Ao mesmo tempo, estamos cientes de que o movimento LGBTQIA+ possui diversas prioridades concorrentes, de maneira que respeitamos a vontade e disponibilidade de engajamento, disponibilizando mas não cobrando envolvimento.

Em termos de benefícios do projeto à comunidade, (i) pessoas LGBTQIA+ terão como retorno ferramentas de proteção online imediata, de acesso livre e aberto; (ii) organizações do campo terão acesso a tecnologia para monitoramento de ódio online, evidências para seus ativismos e capacitação em tecnologias de IA; (ii) pessoas anotadoras contarão com trabalho digno e formação.

Estamos atentas aos riscos de exposição de dados (comentários e handles de perfis) de usuários de redes sociais, contra os quais manteremos política rigorosa de anonimização. Pessoas anotadoras correm riscos de exposição a conteúdo tóxico, contra o qual estabeleceremos coletivamente uma política de cuidado.

5. Relevância e Impacto

TybyrlA é uma tecnologia trans que endereça o grave problema da violência digital, em resposta à negligência de plataformas lucram com o ódio online, e oferece capacidade de monitoramento autônomo, geração de evidências, e, em futuros produtos da fase piloto, navegação segura imediata.

É uma tecnologia brasileira, que se contrapõe ao colonialismo digital das Big Techs, no sentido de uma soberania digital. Enquanto plataformas do Norte Global extraem dados latino-americanos para modelos que não nos servem, TybyrlA inverte esta lógica, propondo construir com nossos dados um modelo nosso, aberto, orientado aos interesses da nossa comunidade e apto a replicação regional. Em oposição à monocultura da Big Tech, cujos LLMs amplificam dependência proprietária, TybyrlA demonstra que SLMs menores, especializados, eficientes, transparentes, e treináveis com recursos modestos são capazes de gerar impacto.

Enfrenta a colonialidade de gênero que estrutura tanto as plataformas digitais quanto os repertórios de violência. TybyrlA opera desde epistemologias decoloniais que

deslocam essas estruturas, constituindo-se como uma tecnologia trans, por e para dissidentes, deslocando poder de nomear e regular.

O projeto desenvolve ferramentas com código acessível desde o design, garantindo que tecnologias assistivas, como leitores de tela e navegação por teclado, possam funcionar perfeitamente. As aplicações são testadas para compatibilidade com ferramentas de acessibilidade, garantindo que pessoas com deficiência possam utilizar os produtos desenvolvidos e criar novos a partir de suas próprias demandas.

Atentas aos impactos ambientais da corrida da IA, propomos operar com modelo pequeno (SLM), que não depende de GPUs caras ou grandes data centers. Utilizamos servidor próprio e Hugging Face como apoio, reduzindo pegada energética e dependência de infraestrutura extrativista.

Como contribuições do projeto, destaca-se a contribuição epistêmica e metodológica. TybyrlA operacionaliza conhecimento situado e *standpoint* em modelos de linguagem, desafiando abordagens mainstream. No mesmo sentido, a utilização de uma abordagem feminista decolonial e da metodologia da Pesquisa-ação feminista trazem o feminismo como base de design, corporificando uma alternativa crítica ao extrativismo, em que a comunidade é co-produtora de conhecimento.

Em termos de impacto, o ecossistema TybyrlA v2.1 já transforma violência digital em ferramenta. A versão atual já é o primeiro modelo especializado em ódio anti-LGBTQIA+ em português brasileiro. As evidências produzidas a partir de seu uso já foram capazes de produzir dados para fundamentar Ação Civil Pública contra a Big Tech, liderada pela Código Não Binário e com participação de IBRAT, Fonatrans e AzMina, pela negligência das plataformas digitais face à violência online contra a população LGBTQIA+.

Após este projeto, TybyrlA será uma ferramenta muito mais robusta. O financiamento permitirá escalar dataset, aprofundando a metodologia, aprimorando o modelo e, na Fase Piloto, desenvolvendo produtos de maior acessibilidade (extensão navegador, denúncia facilitada).

O modelo e seus produtos derivados tem o potencial de reduzir a exposição ao discurso de ódio online, fortalecer advocacy através da geração de dados e da visibilização de violência estrutural. Gera pressão política sobre plataformas e fortalece narrativas sobre soberania digital em um momento chave de discussão sobre o assunto.

A fase Protótipo focará em uso imediato por organizações parceiras com treinamento estruturado. Adoção massiva depende da Fase Piloto com produtos de maior acessibilidade. Reconhecemos que o modelo "em modo bruto" dificulta adoção — por isso priorizamos produtos intermediários amigáveis. O desenvolvimento do modelo TybyrlA v3 e seu ecossistema v3 gerará conhecimento livre e aberto, através artigos científicos em co-autoria comunitária, relatórios públicos, oficinas e treinamentos.

TybyrlA não se propõe uma solução final à LGBTfobia digital, um problema estrutural, associado a processos sociais complexos e à colonialidade estruturante do capitalismo globalizado. Oferecemos, no entanto, ferramentas de enfrentamento e redução de danos construídas coletivamente para colaborar com um processo amplo de lutas por transformação social (Curiel, 2020).

6. Riscos e Considerações Éticas

6.1. Riscos e mitigação

Ampliação conceitual da noção de discurso de ódio para incorporar noções de controle social pelo discurso é passível de contestação e antagonismo à liberdade de expressão. É possível associação de categorias a crimes tipificados (transfobia, homofobia, racismo), e alegações de calúnia. Como mitigação, propomos transparência conceitual referenciada, revisão jurídica, aplicação de múltiplos níveis de classificação e diálogo comunitário sobre categorias.

A disponibilização livre e aberta expõem TybirIA a instrumentalização autoritária, que será mitigada com licença restritiva a usos alheios ao propósito pretendido e monitoramento de usos.

O risco de exposição das anotadoras a conteúdo tóxico será mitigado por política de cuidado integral, com remuneração digna, limites estabelecidos consensualmente com as anotadoras, rodízio, direito de recusa, check-ins e reuniões de anotação que abordem questões de saúde mental.

Os riscos de violação de privacidade na base de dados serão endereçados através de anonimização, acesso controlado, direito de remoção e minimização. Dados provenientes de perfis de terceiros serão raspados apenas com consentimento expresso e formalizado. Serão anonimizados os dados que contenham identificação de autoria ou menção a perfis de pessoas não públicas.

Consideramos também o risco de marcação de falsos positivos, ou seja, que a IA considere como discurso de ódio palavras de uso identitário pela comunidade, ironias e reapropriações ativistas de termos pejorativos. Para mitigar este risco, trabalharemos no seu registro no Guia de Anotação, treinamento contextual da IA; diversidade no corpo de anotadoras e testes extensivos.

Os riscos de vieses de anotação e marcação superestimada de ódio — e consequente descredibilização dos dados — serão enfrentados por múltipla rotulagem, calibração, métricas de concordância inter-anotadoras (coeficiente Kappa de Cohen, mínimo 0.60 para concordância substancial); validação externa com organizações parceiras que revisarão amostras de anotações e fornecerão feedback sobre qualidade e representatividade.

6.2. Princípios Éticos e Segurança

Como explicitado nos tópicos anteriores, integramos ética feminista, hacker e do cuidado, com transparência e abertura, código e dados abertos, software livre, documentação completa, limitações explícitas.

Outros princípios incluem: consentimento livre, informado, contínuo, revogável; reciprocidade e não-extrativismo; responsabilidade, soberania de dados; cuidado como práxis; justiça e atenção a interseccionalidades, equidade e acessibilidade digital.

A abordagem de segurança considera a dimensão técnica — acesso restrito a senhas e autenticação em duas etapas, criptografia sempre que disponível e testes de segurança — e jurídica — conformidade com a LGPD e advogada interna dedicada.

7. Viabilidade e Sustentabilidade

O projeto exequível e viável na medida em que constitui expansão e melhoria de sistema já funcional e validado: modelo TybyrlA v2.1 deployado, ecossistema v2.1 com

5 Spaces ativos no Hugging Face, dataset, pipeline completo testado. O financiamento através desta chamada escalará metodologia testada, permitindo equipe estruturada (pesquisadoras, especialistas e anotadoras remuneradas), com foco em modelo TybyrlA v3 para recall >95% e produtos da Fase Piloto.

A equipe é robusta, composta por membros da comunidade alvo, e com expertises e formações diversificadas. São pesquisadoras principais Veronyka — travesti, desenvolvedora, hackativista com formação em estudos sociais e de gênero — e Amanda — mulher cis, bissexual, advogada feminista, com expertise em direitos digitais e da população LGBTQIA+, doutoranda pela FGV EAESP com pesquisa em feminismo decolonial latino americano. A equipe técnica é complementada por Felipe — homem cis, bissexual, doutor em IA e NLP pela UFRJ, criador do modelo-base do projeto Tupi-BERT — e Alice — mulher trans, desenvolvedora *full stack*, ativista LGBTQIA+ e do software livre. A equipe combina vivência, expertise técnica, conhecimento teórico e em pesquisa, articulação, e com histórico de entregas.

O desenho metodológico é coerente com a abordagem epistemológica e promove o envolvimento comunitário necessário ao projeto. As parcerias e redes de apoio são robustas, compostas por organizações e coletivos importantes do movimento LGBTQIA+ brasileiro, representantes políticas e da academia. Cartas de apoio formal e menção honrosa Du Bois Prize demonstram legitimidade intersetorial e internacional.

O cronograma é factível para incorporar a participação comunitária ao processo de desenvolvimento que já foi testado anteriormente com o modelo TybyrlA v2.1 e seu ecossistema v2.1. As infraestruturas e ferramentas propostas já foram testadas em versões anteriores ou já fazem parte do uso cotidiano da equipe. Os recursos humanos e técnicos estão adequados às necessidades do projeto.

A organização proponente tem experiência em gestão de projetos e prestação de contas, tendo gerido, desde julho de 2024, 8 projetos financiados por entidades filantrópicas nacionais e internacionais — 6 deles de ordem emergencial, durante a onda de ódio do Podcast Entre Amigues. A organização tem capacidade de contratação, contabilidade e advogada interna.

As diretoras da organização e pesquisadoras principais neste projeto trazem legado de experiência anterior à organização: cada uma conta com 17 anos de ativismo, construção de comunidades, direção de projetos e organizações.

A sustentabilidade reside em sua publicação aberta que garante permanência independente. Código, documentação e licenças livres permitem fork, modificações e redistribuições. Por ser um SLM, pode ser treinado por quaisquer pessoas com recursos modestos. Esta infraestrutura open source, aliada a uma capacitação distribuída e tutoriais públicos, permite que organizações treinem versões regionais e incorporem datasets em diversas línguas.

O desenvolvimento do modelo TybyrlA v3 e seu ecossistema v3 promoverá a Código Não Binário no ecosistema das OSCs e da comunidade LGBTQIA+, aprofundará suas relações com as parcerias firmadas, e ampliará sua capacidade de captação de recursos. O projeto permitirá o desenvolvimento de produtos e serviços derivados, uma API, consultorias e formações pagas, ao mesmo tempo em que modelo/código permanecem abertos. Os custos operacionais de manutenção da tecnologia são reduzidos.

A inovação epistêmica e metodológica garante sustentabilidade ativista e acadêmica do projeto. O dataset público pode ser utilizado para pesquisas futuras e TybyrlA tem o potencial de tornar-se referência em IA feminista decolonial latino-americana. As evidências produzidas tem o condão de apoiar esforços de advocacy e ativismo por anos, ampliando narrativas de construção de tecnologia de ponta e soberania digital por pessoas dissidentes de gênero e sexualidade.

8. Divulgação do Uso de Inteligência Artificial Generativa

Esta nota foi redigida pelas pesquisadoras principais com suporte de assistente de IA generativa (Cursor com Composer e Ollama com modelos open source) para revisão de redação, formatação e organização estrutural do documento. Todo o conteúdo substantivo foi integralmente produzido pela equipe com base em trabalho já desenvolvido, documentos do projeto, e experiência prática das autoras.

9. Referências Bibliográficas

- Benevides, B. G. (2015). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF.
- Butler, J. (1997). *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. Routledge.
- Coleman, G. (2013). *Coding Freedom: The Ethics and Aesthetics of Hacking*. Princeton University Press.
- Costanza-Chock, S. (2020). *Design Justice: Community-Led Practices to Build the Worlds We Need*. MIT Press.
- Curiel, O. (2020). Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In Hollanda, H. B. (org.) *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Bazar do Tempo.
- Espinosa-Miñoso, Y. (2020). Fazer uma genealogia da experiência. In In Hollanda, H. B. (org.) *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Bazar do Tempo.
- Foucault, M. (1970). *A Ordem do Discurso*. Edições Loyola.
- Gebru, T. et al. (2018). *Datasheets for Datasets*. Communications of the ACM, 64(12), 86-92.
- Haimson, O. L. (2025). *Trans Technologies: Digital Innovation by and for Trans Communities*. MIT Press.
- Haraway, D. (1988). Situated Knowledges. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599.
- Harding, S. (1992). Rethinking Standpoint Epistemology. *The Centennial Review*, 36(3), 437-470.
- Himanen, P. (2001). *The Hacker Ethic and the Spirit of the Information Age*. Vintage.
- Kwet, M. (2019). Digital Colonialism. *Race & Class*, 60(4), 3-26.
- Amadeu, S, Cassino, J. F., Souza, J. (2021). *Colonialismo de Dados: Trincheira Algorítmica na Guerra Neoliberal*. Autonomia Literária.
- Lippold, M., & Faustino, D. (2021). *Colonialismo Digital: Por uma Crítica Hacker-Fanoniana*. Editora Boitempo.
- Lugones, M. (2010). Toward a Decolonial Feminism. *Hypatia*, 25(4), 742-759.

- Lugones, M. (2011). Methodological notes toward a decolonial feminism. In: A. M. Isasi-Diaz; E. Mendieta (Org.). *Decolonizing Epistemologies: Latina/o Theology and Philosophy, Transdisciplinary Theological Colloquia* (FUP), New York: Fordham Scholarship Online, p. 68-86, 2011.
- Maldonado-Torres, N. (2016). Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado*, 31 (1), p. 75-97.
- Mitchell, M. et al. (2019). Model Cards for Model Reporting. '19, 220-229.
- Mott, Luis. (2024). *Tibira do Maranhão: primeiro mártir da homofobia no Brasil*. Editora Grupo Gay da Bahia.
- Noble, S. U. (2018). *Algorithms of Oppression*. NYU Press.
- Preciado, P. B. (2023). *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Companhia das Letras.
- Reid, C. (2004). Advancing women's social justice agendas: a feminist action research framework. *International Journal of Qualitative Methods*, v. 3, n. 1, p. 1-22.
- Maguire, P. (2001) Uneven ground: feminisms and action research. In: P. Reason; H. Bradbury (org.). *Handbook of action research: participative inquiry and practice*. London: Sage. p. 59-70.
- Marshall, J. (1999) *Living life as inquiry. Systemic Practice and Action Research*, v. 12, n. 2, p. 155-171.
- Ricaurte, P. (2019). Data Epistemologies, The Coloniality of Power. *Television & New Media*, 20(4), 350-365.
- Smith, L. T. (2012). *Decolonizing Methodologies* (2nd ed.). Zed Books.

ANEXOS

10. Orçamento de alto nível: Anexo separado (planilha Excel)

11. Constituição jurídica: Anexo separado (registro e estatuto da Associação Código Não Binário)

12. Informações da equipe

Contato: Veronyka Gimenes e Amanda Claro | Código Não Binário
E-mail: veronyka@codigonaobinario.org | amanda@codigonaobinario.org
Currículos anexos

12.1. Descrição:

Somos sujeitas implicadas, não pesquisamos violência digital de fora — a vivemos e transformamos em conhecimento e tecnologia. Somos quatro pessoas LGBTQIA+ (travesti, mulher cis bi, homem cis bi, mulher trans) com trajetórias em hackativismo, direito, ciência de dados, ciência política, articulação política.

Veronyka e Amanda acumulam cada uma 17 anos de experiência e ativismo e fundaram a Código Não Binário em 2023 e criaram em 2024 o podcast Entre Amigues. Em resposta à onda de ódio em 2024, criaram iniciativa de litigância estratégica contra Big Techs e desenvolveram o projeto TybyrlA (inicialmente chamado Radar Social LGBTQIA+), incluindo o modelo de IA e seus produtos. O desenvolvimento desta ferramenta em 2025 levou à aproximação e colaboração com Felipe Ramos, criador do modelo Tupi-BERT, base técnica da TybyrlA, e com Alice Santos, desenvolvedora e ativista software livre que traz expertise técnica e militância transfeminista.

Estamos localizadas em São Paulo, Rio/Belém, Palmeiras/BA, aportando diversidade regional. Combinamos vivência situada, expertise técnica, fundamentação teórica, redes comunitárias e histórico entregas. Não separamos pesquisa de ativismo, teoria de prática, cuidado de luta. Articulamos disciplinas, filosofia, estudos de gênero, direito, direitos humanos, ciência computação, NLP, ML, desenvolvimento software, hackativismo, feminismo decolonial, teoria queer, articulação comunitária e estudos críticos tecnologia.

Veronyka Gimenes	Amanda Claro	Felipe Ramos Oliveira	Alice Cruvinel Bonafé
veronyka@codigonaobinario.org	amanda@codigonaobinario.org	fp.ramos.oliveira@gmail.com	alicecbonafe@gmail.com
Código Não Binário, Núcleo Digital, Movimento Soberania Digital, Grupos setoriais PSOL (Tecnologia e LGBT)	Código Não Binário e FGV EAESP		União Nacional LGBT (setorial Campinas)
Transfeminismo, hackativismo,	Direito, feminismo decolonial, estudos de	Aprendizado de máquina, engenharia de	Transfeminismo, hackativismo

desenvolvimento de software, treinamento de IA	gênero, mobilização comunitária,	software, NLP, LLMs, ciência de dados	
São Paulo/SP	São Paulo/SP	Belém/PA, Rio de Janeiro/RJ	Palmeiras/BA
Travesti, pansexual, branca	Mulher cis, bissexual, branca	Homem cis, bissexual, pardo	mulher trans, bisexual, branca